



JORNAL DA ADUA

imprensa.adua@gmail.com

/adua.andes

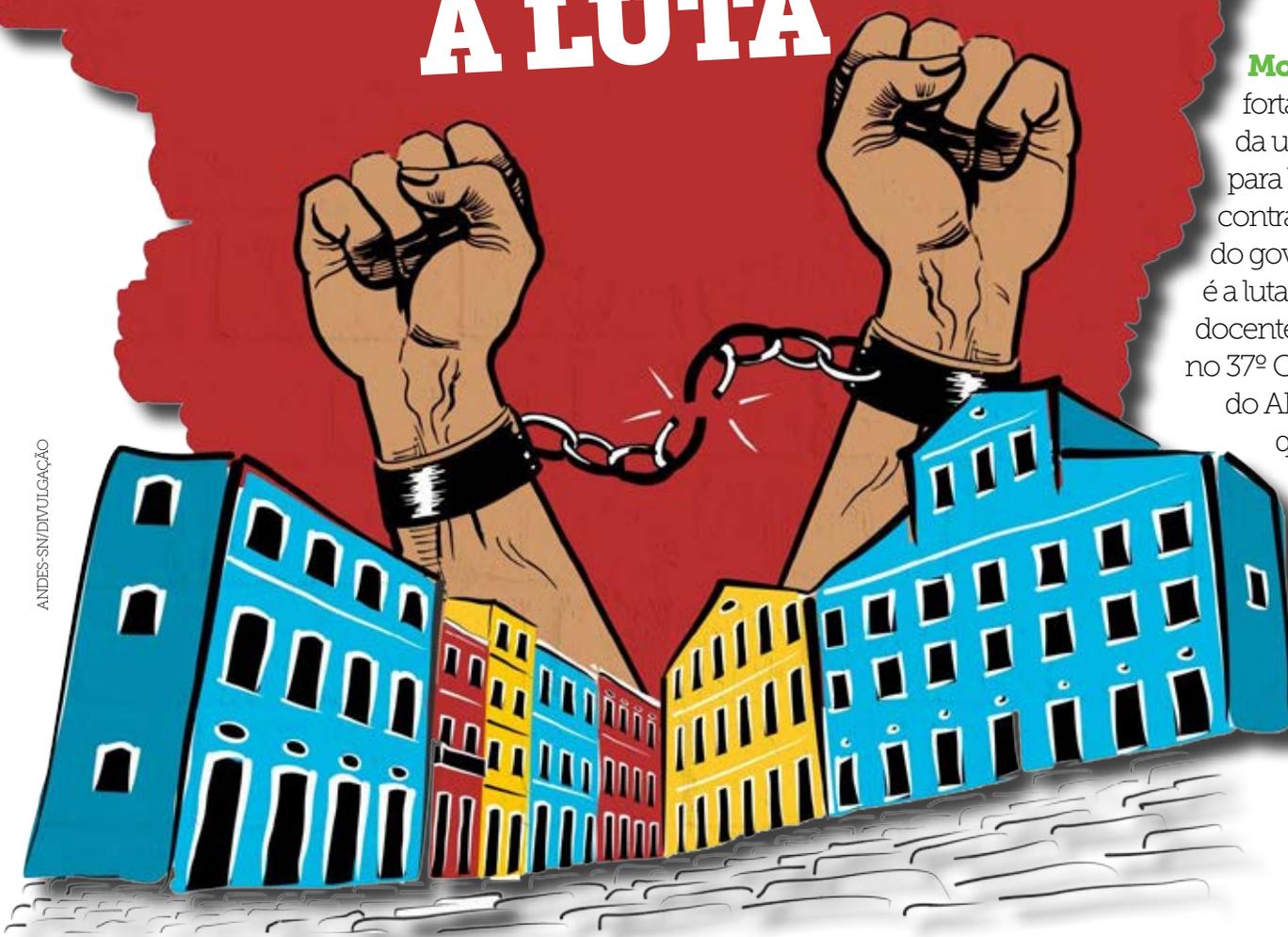
ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN

www.adua.org.br

UNIR PARA FORTALECER A LUTA



ANDES-SN/DIVULGAÇÃO

Mobilização: O fortalecimento da unidade para barrar as contrarreformas do governo Temer é a luta central dos docentes, definida no 37º Congresso do ANDES-SN, que teve a participação da delegação da ADUA.

Pág. 4/5

Denúncia

Criação de campus da Ufam em São Gabriel da Cachoeira suscita questionamentos Pág. 3

Entrevista

Perseguição a Paulo Freire é ofensiva do poder opressor, afirma professor da UFPE Pág. 6/7

Engajamento

Coletivos culturais e movimentos sociais afinados na mobilização popular Pág. 11

Editorial

Não à toa todo o Brasil comenta o enredo da escola de samba Paraíso do Tuiuti. A cultura popular protagonizando a resistência! Lá como cá, o tambor ecoa tocando a luta! Luta política, arte e tradição africana dando ritmo e cadência às transformações sociohistóricas. Pras bandas de lá, o Rio de Janeiro, escolhido pelos golpistas como o alvo preferencial das políticas neoliberais, se insurge contra o caos do Estado Mínimo. A recente intervenção federal na segurança parece cumprir o papel de garantir a execução de tal política.

Em nível local, o capital pretende avançar sobre as Terras Indígenas, buscando impor a mineração em áreas protegidas. Neste sentido, a participação da Ufam num seminário que, sob o argumento de discutir a implantação de um campus em São Gabriel da Cachoeira, consistiu, nas palavras do presidente da Foirn, Marivelton Baré, em um “seminário empresarial com intuito de fomentar a mineração em Terras Indígenas”.

Em âmbito nacional, a extinção de cargos públicos prevista pelo Decreto 9.262/2018, de 9 de janeiro, vem na direção de medidas como as Reformas Trabalhista e Previdenciária, que visam sucatear o serviço público. Tais políticas são endossadas por grupos políticos e religiosos conservadores, que obstaculizam a discussão de questões ligadas a gênero e raça, além de perseguir importantes educadores, como nosso patrono Paulo Freire, impondo uma marcha ré acelerada que parece mirar a Idade Média.

Nem mesmo a retirada de pauta da Reforma da Previdência deve ser comemorada. O Governo não é digno de confiança. Isso porque é apenas um representante comercial de interesses internacionais. Veremos com o articulista Marcelo Seráfico que o alinhamento deste governo aos ditames do Banco Mundial é um projeto que envolve, no âmbito das universidades públicas, a privatização de mentes e corações ou, como diria Graça Barreto, representa “a lógica imperceptível do pensamento colonizador”.

É resistindo a esse processo global de extinção de espaços públicos e de autonomia intelectual que se insurge este sindicato, convocando para manifestações em combate a Reforma da Previdência e ao pacote de maldades contra o serviço público no Brasil. “Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas”, como disseram os professores no 37º Congresso do ANDES, ocorrido no final de janeiro. Foi com este ânimo que os sindicalizados atualizaram pautas e reafirmaram a disposição para a luta! Um 2018 de lutas e Fora Temer!

Notas

1 Dia Nacional de Paralisação

Integrando a Frente de Lutas Fora Temer, representantes de movimento sociais, entidades estudantis e sindicais, entre elas a ADUA, foram às ruas de Manaus, no dia 19 de fevereiro, Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações, para pressionar os deputados federais a votarem contra a Reforma da Previdência (PEC 287/2016). A Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia), no Centro, foi escolhida como o local pelos manifestantes que empunhavam bandeiras, faixas e cartazes contra a medida considerada um dos maiores retrocessos para a classe trabalhadora. Devido à falta da quantidade de votos necessários para a aprovação, o governo federal ainda não votou a contrarreforma, que, na prática, extingue o direito à aposentadoria ao ampliar o tempo de contribuição dos trabalhadores brasileiros.

2 Plantão jurídico

A ADUA informa aos associados que, devido às obras no prédio da seção sindical, iniciadas no dia 15 de janeiro, o plantão jurídico da entidade vem sendo realizado, desde o dia 1º de fevereiro, no escritório Gomes e Bicharra Advogados Associados, que fica no Amazon Trade Center, Rua Franco de Sá, nº 270, sala 110,

bairro São Francisco. O plantão tem como objetivo a disponibilidade da assessoria jurídica independente de agendamento prévio. A transferência do local não invalida o atendimento em outros horários no escritório. Para isso, é necessário entrar em contato para agendamento de dia e horário. Os contatos do escritório jurídico da ADUA são os seguintes: (92) 3611-4969, 3611-3911, 99112-3184 e auxiliadora@gomesebicharra.adv.br.

3 Imprensa da ADUA

Ainda em função da reforma na sede da associação, a equipe de Comunicação da seção sindical está provisoriamente realizando suas atividades em uma sala no prédio da TV Ufam, localizado ao lado da sede do sindicato. A medida tem o objetivo de garantir a continuidade no atendimento aos sindicalizados e demais professores que necessitem de informações sobre a seção sindical. O expediente funcionará normalmente (das 8h às 18h). O projeto de reforma foi aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 30 de outubro de 2017 e é a segunda intervenção no atual prédio da entidade desde que a instituição passou a funcionar no Campus Universitário, em 2006.

Charge



Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:
Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo

Designer/ Ilustradora:
Jéssica Martins

Projeto gráfico:
Angelo Lopes

Fotografias/ Ilustração:
Aeronáutica, ANDES-SN, Annyelle Bezerra, ADUA, Francisco Barroso, Daisy Melo e Freepik.

Chargista:

Junior Lima

E-mail:

adausindicato@gmail.com | imprensa.adau@gmail.com

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas

Impressão:

Graftech. 2000 exemplares.

>>> **EXPLORAÇÃO MINERAL**

Campus da Ufam em São Gabriel da Cachoeira levanta questionamentos

Da Redação

"Os indicativos são claros de que há forças políticas e empresariais locais interessadas em invadir e ocupar as terras indígenas para a mineração". A avaliação é do antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Lino João de Oliveira Neves, sobre o interesse da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira (Alto Rio Negro) em fomentar a instalação do Campus da Ufam no município. A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) também se manifestou a respeito do caso e criticou a falta de transparência no processo. Apesar das constatações negativas, a Ufam lançou, no dia 30 de janeiro deste ano, a pedra fundamental do Campus.

Devido a inexistência de um processo de consulta e discussão prévia com as comunidades indígenas, Lino João recusou o convite da Pró-Reitoria de Extensão (Proext) para participar de uma audiência pública sobre o tema, no fim de 2017. "Da forma como a proposta foi conduzida, o evento realizado pela Proext e Prefeitura não pode ser considerado uma 'audiência pública', e só vem acirrar o fracionamento entre os indígenas no Alto Rio Negro", afirma o antropólogo que há 35 anos estuda as questões da Amazônia e desde 1999 frequenta São Gabriel da Cachoeira. No local, a Ufam desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão por quase três décadas, sedimentando uma proposta pedagógica focada basicamente na formação de professores indígenas.

Porquês

Uma das principais questões suscitadas é: quais os reais interesses do projeto num momento em que o governo federal impõe severos cortes aos recursos das universidades públicas e em que essas instituições, inclusive a Ufam, enfrentam problemas para concretizar suas atividades? Para o antropólogo, a análise dos cursos anunciados pela universidade, a serem oferecidos na futura unidade aca-

dêmica (Enfermagem, Engenharia Florestal, Engenharia Civil, Antropologia, Agronomia e Economia), demonstra a duvidosa intenção do projeto. "O conjunto desses cursos indica a ênfase desenvolvimentista desse Campus, que, ao contrário, deveria estar voltado para a valorização e fortalecimento cultural dos povos indígenas da região", afirma Lino João.

Esse também é o entendimento da Foirn. Em entrevista ao Instituto Socioambiental, o presidente da Federação, Marivelton Barroso Baré, afirma que a programação da Ufam na localidade não passou de um "seminário empresarial com intuito de fomentar a mineração em Terras Indígenas sem que haja a devida consulta aos povos da região". Em nota, a Foirn acrescenta que o processo conduzido pela atual Reitoria "exclui por completo a já existente proposta de criação do Campus Universitário discutida há anos, pela própria Ufam, com a participação de professores, estudantes, diretores de escolas, lideranças indígenas (...)".

Sobre essa questão, a Ufam alegou, por meio do pró-reitor de Extensão, Ricardo Besa Freire, que está apenas cumprindo a Resolução nº 22 aprovada no Conselho Universitário (Consuni) pelo então reitor, Nelson Fraiji (1993/1997). A instituição nega que há relação entre a instalação do campus e a mineração, mas deixa explícito que a forma de "explorar" a região pode ser mudada. "Nenhuma (relação), porque não cabe à Ufam interferir nas tomadas de decisão sobre o assunto. Os indígenas é quem têm ingerência em como devem ser exploradas essas terras", afirma.

Freire evidencia, ainda, a relação entre a Ufam e a Prefeitura de São Gabriel, que inclusive doou o terreno para construção do Campus no município. "Há alguns meses, fomos procurados pelo Prefeito que nos clamou, a nós (Ufam) e a Câmara Municipal daquele município, a trabalhar ações em prol da cidade e de seus cidadãos". O pró-reitor também não deixa claro a fonte de recursos para instalação do Campus. "Estamos vendo a melhor forma de viabilizar recursos. A Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira já doou o terreno, o que nos demandaria montante apenas para construção da estrutura física do

empreendimento", afirma Freire.

Considerando as declarações dadas pela Universidade, o professor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e 2º vice-presidente da ADUA, Welton Oda, afirma que "comparando aquilo que foi dito pelos representantes da Ufam e da Foirn, a fala dos indígenas expressa de forma mais fidedigna, tanto o conteúdo do evento quanto o projeto político do atual prefeito do município".

Potencial mineral

Segundo o geólogo e gerente de Relações Institucionais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Renê Luzardo, o interesse mineral na localidade se justifica. "São Gabriel da Cachoeira é um dos melhores alvos. Há um potencial elevado na região, sobretudo porque ela é um desconhecido geológico. A densidade de informações é bem pequena para fazer uma geologia prospectiva, mas a gente sabe que ali há gemas como água marinha, tantalita, nióbio, variedades de berilo e outros minerais estratégicos", disse.

Contudo, como alertou o Ministério Público Federal (MPF) através da Procuradoria da República no Estado do Amazonas – 5º Ofício, por meio do Ofício nº 578/2017, de 27 de novembro de 2017, encaminhado à Reitoria da Ufam, a mineração em Terras Indígenas é proibida no Brasil, e, portanto, a universidade incorre em ilegalidade ao promover atividades – seja a realização da chamada audiência pública, seja a implementação de futuros cursos que estimulem a mineração e/ou garimpagem na região.

A produção e disseminação do conhecimento também é interesse da Ufam. Mas, para Lino João, a presença da instituição naquela localidade só terá sentido se estiver pautada numa proposta pedagógica que privilegie a interculturalidade, isto é, um Campus capaz de se aproximar dos conhecimentos e saberes indígenas e respeitar as 23 etnias que lá vivem e constituem a maioria da população no Alto Rio Negro.

União para barrar retrocessos do governo é luta central da categoria



DIVULGAÇÃO/ANDES-SN

Daisy Melo

Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova Greve Geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos”. Este é o tema central da luta dos professores de instituições de Ensino Superior neste ano, definido durante o 37º Congresso do ANDES-SN. O encontro, realizado de 22 a 27 de janeiro, em Salvador (BA), reuniu mais de 500 docentes – incluindo a delegação da ADUA –, sendo o maior público entre todas as edições.

Detalhadamente, decidiu-se pela intensificação do combate às medidas que atacam os trabalhadores, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 da Contrarreforma da Previdência (que teve a votação no Congresso suspensa, anunciada pelo governo no dia 19 de fevereiro); a Medida Provisória (MP) 805/17 e suas correspondentes no plano dos Estados, que aumentam a contribuição previdenciária de 11% para 14%; o Projeto de Lei (PL) 116/17, que estabelece regras para a demissão de

“

O congresso reafirmou coletivamente a necessidade da categoria docente de fortalecer a unidade classista dos trabalhadores para barrar o golpe em curso contra os direitos sociais (...) nosso sindicato nacional mostrou mais uma vez disposição e garra para seguir na luta”.

José Alcimar Oliveira

delegado da ADUA no 37º Congresso do ANDES

servidor público estável por “insuficiência de desempenho” e a MP 792/17 que trata de desligamento voluntário de servidores públicos.

Para a concretização deste plano, os participantes ressaltaram a necessidade de fortalecimento da unidade com centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e populares para a construção de uma greve do serviço público nas esferas municipal, estadual e federal. A paralisação geral foi definida na Carta de Salvador – documento que resume as deliberações do congresso e que está disponível na íntegra no site da ADUA

(www.adua.org.br) - como o “único instrumento capaz de derrotar a agenda regressiva imposta aos (às) trabalhadores (as) e à sociedade pelo governo ilegítimo de Temer”.

“O Congresso reafirmou coletivamente a necessidade da categoria docente de fortalecer a unidade classista dos trabalhadores para barrar o golpe em curso contra os direitos sociais. A despeito da intensidade dos ataques do governo federal às conquistas da classe que vive do trabalho, nosso sindicato nacional mais uma vez mostrou disposição e garra para seguir na luta coletiva e ampliar a unidade de ação com todos os movimentos, organizações e sindicatos que, para além das lutas corporativas, seguem afirmando o compromisso histórico, classista e militante”, disse o professor José Alcimar Oliveira, que participou do evento como delegado.

O plano de lutas, segundo o professor do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) e delegado no congresso, José Belizario Neto, encoraja a categoria a continuar lutando firmemente na defesa do serviço público e fazer os enfrentamentos na perspectiva de impedir a Reforma da Previdência e reverter a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional 95, entre outros desmandos do governo ilegítimo e golpista

do Temer. “Ficamos cada vez mais alimentados no espírito das lutas e cada vez mais convictos de que somente com a organização coletiva é que podemos vencer o capitalismo”, frisou.

O foco no combate à Reforma da Previdência foi destacado pela professora do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), de Coari, Priscila Mendes, que também integrou a delegação da Adua como delegada. “Foram várias as resoluções das mais diversas questões, discutidas e deliberadas em grupos e plenárias, contudo é importante destacar a luta em combate à Contrarreforma da Previdência, pois é o desafio deste mês de fevereiro de 2018”, disse, considerando a volta da pauta da PEC no Congresso Nacional neste mês.

Essa questão foi ressaltada em uma das falas da presidente do Sindicato Nacional, Eblin Farage, durante o 37º congresso. “Temos o desafio, já para fevereiro, de barrar a contrarreforma da Previdência e, para isso, é necessário que construamos, nas nossas bases, a greve geral, a mobilização da nossa categoria. Que as nossas universidades parem para dizer não à contrarreforma da Previdência”, afirmou.

Eleição do ANDES

Durante o congresso também foram apresentadas as chapas que irão concorrer à eleição da diretoria do ANDES no biênio 2018-2020: ‘ANDES Autônomo e de Luta’ e ‘Renova ANDES’ (Leia mais na agenda da página 12). O caráter político antagônico dessas chapas chamou a atenção. Representante da diretoria da Adua no Congresso, a 1ª tesoureira, Rosária do Carmo, comentou que os debates nos grupos mistos foram marcados por discussões acirradas por ser um ano eleitoral para o Sindicato Nacional. “Este é o ponto de maior desafio para a diretoria atual”.

Sobre esse cenário, a professora do Instituto

de Ciências Biológicas (ICB), Ana Lúcia Gomes, que participou do encontro como observadora, analisou que os rumos do ANDES estão sendo duramente atacados e será preciso empenho para dar continuidade à luta para barrar o processo de desmonte da educação pública, laica e gratuita. “A chapa Renova Andes que ora se apresenta como opção de mudança, na verdade vem travestida de retrocessos nas posições de nosso sindicato e na luta pela organização da classe, pois traz em seu bojo uma proposta fortemente partidária, aliada aos interesses do PT e a serviço da campanha Lula 2018”, alertou.

Alcimar destacou o perfil alarmante de uma das chapas. “A primeira, que representa nossa trincheira de luta, tem por características fundamentais manter a autonomia do ANDES-SN em relação a governos, partidos e administrações e defender a orientação classista do Sindicato. A segunda, que aposta no fracasso da política de colaboração de classe, abriga os órfãos do sindicato chapa branca e, contraditoriamente, quer ‘renovar’ o sindicato que tentaram destruir. Princípios não envelhecem e somente a luta muda a vida”.

Com o tema ‘Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora: 100 anos da reforma universitária de Córdoba’, o congresso contou com 581 participantes, sendo o maior da história do Sindicato. Também integraram a delegação da Adua como delegados (direito a voz e voto) os professores Solano da Silva (Benjamin Constant), Leonardo Dourado (Humaitá), Tomzé Costa e Isaac Lewis, e como observadores os docentes Ana Cristina Martins e Jorge Barros.

Outras definições do 37º Congresso

- Apurar e denunciar os crimes da ditadura empresarial-militar e suas reminiscências na estrutura e nas normas das IES. Criar uma comissão para levantar e denunciar casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político nas universidades;
- Realizar pesquisas sobre a saúde docente e regimes próprios de previdência social nos Estados e publicar os seus resultados. Realizar a segunda jornada nacional de mobilização dos (as) aposentados (as);
- Executar ações para fazer frente aos retrocessos que tentam se impor ao setor seja por meio de cortes orçamentários, instrumentos legais e administrativos;
- Reafirmar a posição do Sindicato em defesa da legalização do aborto, de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e contra dispositivos inseridos na PEC 181/15;
- Lutar pelo acesso ao Ensino Superior das populações LGBT, indígenas, quilombolas e povos ciganos e pela criação de espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de assédio sexual, violência de gênero, racismo, LGBTfobia, xenofobia e qualquer outro tipo de preconceito nas universidades;
- Defender a demarcação de territórios onde vivem povos tradicionais e lutar contra o uso predatório e indiscriminado de agrotóxicos, a transposição das águas do Rio São Francisco, a privatização dos mananciais de água doce e o avanço das mineradoras sobre Áreas de Proteção Ambiental e territórios indígenas e de povos tradicionais;
- Lutar pelo fortalecimento da Frente Nacional em Defesa das IES, pelo lançamento da Frente no Fórum Social Mundial e pela realização da semana de lutas do Setor das IEES/IMES contra a apropriação do fundo público pelo capital privado, e atualizar a pauta de reivindicações do setor das IFES.



AGOSTINHO ROSAS

O professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutor em Educação, Agostinho Rosas, concedeu entrevista exclusiva ao Jornal da ADUA sobre a perseguição a Paulo Freire por grupos reacionários que defendem o Escola Sem Partido e que tentaram retirar do educador e filósofo o seu título de patrono da Educação Brasileira.



'A Educação como prática da liberdade é ameaça ao modo político opressor'

O impedimento do desenvolvimento da consciência crítica do povo brasileiro é o que está por trás da perseguição à figura de Paulo Freire nos tempos atuais. Defensor de uma educação libertária, o filósofo e educador pernambucano representa tudo que a ala conservadora e reacionária com ideias em franca expansão pelo país persegue. A tentativa de cassação do título de patrono da Educação Brasileira - derrotada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado no dia 14 de dezembro de 2017 - é apenas a ponta do *iceberg* dos planos deste grupo favorável à implantação do tenebroso projeto Escola Sem Partido. Estas e outras ideias são discutidas nesta entrevista com o professor Agostinho Rosas.

A Educação progressista vem sofrendo ataques sucessivos: a tentativa de implantação do projeto Escola Sem Partido, a perseguição aos professores vistos como "doutrinários" e ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Na sua opinião, quais os motivos fundamentais destes ataques?

Estou convencido de que os ataques frequentes que a população brasileira vem sofrendo, desde que o atual presidente instalou seu novo governo, vai contra a Soberania Nacional, implica em ações contra a democracia republicana brasileira. Nesse sentido, a retirada do título de patrono da Educação Brasileira de Paulo Freire é condição imposta por aqueles e aquelas que endossam as mordidas da Escola Sem Partido uma vez que "povo conscientemente crítico" é ameaça às mordidas. A educação como prática da liberdade é ameaça ao modo político opressor. E isto é tudo o que os representantes da escola sem partido temem.

Em seu método de alfabetização, Freire defendia que era preciso estimular o aluno a entender o contexto cultural e sua inserção nesta realidade. Podemos dizer que esse caráter inclusivo é um dos motivos pelos quais Freire e o que ele representa estão sendo perseguidos? A ideia é manter o cidadão nas trevas na ignorância, não despertar a consciência de cidadania?

O atual governo caminha na direção contrária ao respeito e dignidade humana. Suas práticas revelam certo modo ar-

rogante do neoliberalismo, violento, negligenciando a manutenção da Soberania Brasileira. Dessa maneira, o pensamento filosófico, a teoria com a qual Paulo Freire explicou o sistema educacional e propôs transformação, é sem dúvida outra lógica, uma que se expressa contrária a todos os modelos de relações marcados por opressão. A prática educativa que emerge com a Educação Popular condicionada ao pensamento paulofreireano, com os princípios situados na emancipação política e humana do povo, na luta coletiva em defesa da humanização do ser humano, é ameaça ao poder opressor. Calar o povo, silenciar a diversidade e culturas tem sido o exercício político deste atual governo. Logo, Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira é, repito, ameaçador ao processo que vem privatizando o que é público no Brasil.

Uma proposta legislativa, de autoria do Escola Sem Partido, obteve as 20 mil assinaturas necessárias para que o Senado discuta a retirada do título de patrono do educador e filósofo pernambucano. Como podemos argumentar para expor essa incoerência? Quais foram as contribuições do pedagogo para a educação que o levaram a receber essa homenagem?

Incoerência? Qual? Para quem? Se pensarmos o conjunto de ações que o governo vem implantando, a maneira de impor normas aligeiradas desqualificando os direitos alcançados com a luta do povo, do trabalhador brasileiro, não me parece haver qualquer incoerência. Estão agindo em acordo ao que definiram por desenvolvimento da democracia brasileira. Observe que aqueles e aquelas que se uniram e foram às ruas contra Dilma, agora estão calados! Já não se vê aglomerados de pessoas travestidas de amarelo e verde nas ruas. Não parece haver incoerência neste cenário opressor. A incoerência vai se formando quando nos colocamos contrários e contrárias a este modo político de implantar normas rapidamente transformadas em leis. Assim pensando, diria que Paulo Freire representa este ponto de crise que o Escola Sem Partido vem provocando. Paulo Freire como patrono é símbolo que expressa esperança crítica orientando possíveis transformações na sociedade. Representa a força coletiva de enfrentamento aos modos opressores da antidemocracia, do

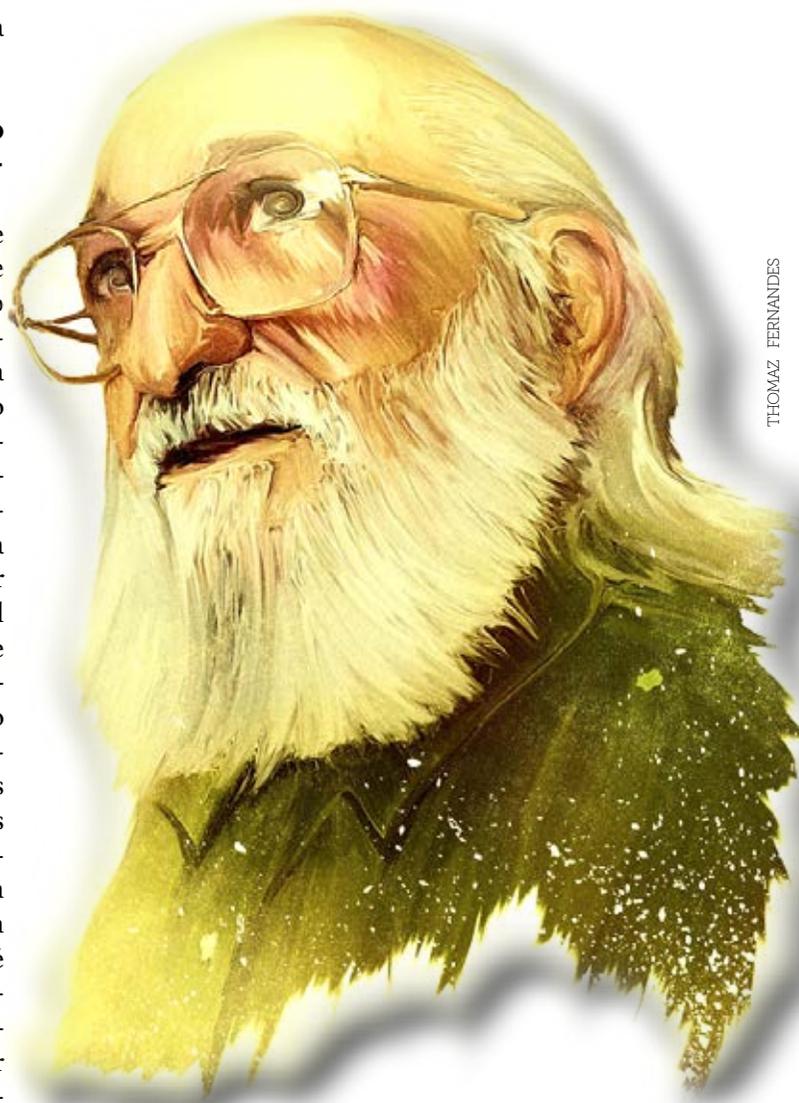
antidiálogo, da antiparticipação autêntica do povo contra a intolerância e a negação dos Direitos Humanos e Sociais.

Em sua leitura, qual a real dimensão do impacto da obra de Freire no contexto educacional brasileiro?

O pensamento teórico-filosófico com o qual Paulo Freire situa seus quefazeres encontra suas raízes no processo de emancipação humana e política. Ao conotar ser humano como ser de relações, transita por argumentos socioantropológicos superando paradigmas que centram sua lógica na dimensão dos contatos. Nesse sentido, pensa educação orientada por elementos de certa dialeticidade condicionada por práxis radical. Digo a Educação como prática da liberdade, problematizadora, dialógica pressupõe comunicação verdadeira, rigor metódico, pesquisa mediada por uma ética humana universal. Pressupõe trabalho orientado por radicalidade de pessoa situada e datada, condição essencial à compreensão de ser humano como sujeito histórico e de cultura. Por isso mesmo, podemos pensar a ação pedagógica organizada por valores da práxis humana constituída no movimento de sua incompletude e busca do ser mais coletivo. Daí que os impactos estejam orientados por elementos da práxis libertadora. Práxis que exige relação de pessoas comprometidas com o coletivo. Práxis que exige reconhecimento dos inéditos viáveis, das habilidades humanas em se apropriar do contexto e com ele refletir-decidir-agir com radicalidade amorosa. Tal práxis pedagógica em educação é intolerante aos modelos opressores que teimam em coisificar o ser humano. Consequentemente, o sistema educacional pensado e trabalhado por Paulo Freire vai disponibilizar condições para que mulheres e homens, em seu tempo histórico e culturas, possam assumir posição crítica no enfrentamento de quaisquer meio de opressão contra a vida.

Um dos argumentos do grupo para essa perseguição a Paulo Freire é de que ele é o responsável pela falência do sistema educacional do país, que a metodologia implantada por ele falhou. Para o senhor, quais fatores contribuem verdadeiramente para o atraso do nosso ensino?

Penso que este argumento esteja marcado por fragilidades sem precedentes. Mesmo porque, se fosse verdadeiro, a questão seria facilmente resolvida. Simplesmente isolaria o problema da educação nacional brasileira e ela seria imediatamente conduzida ao sucesso. A questão não é bem assim. A solução do problema da educação brasileira não está situada na cassação do título de patrono da Educação Brasileira de Paulo Freire. Como disse antes, este é um problema político que implica em decisões mais profundas, com implicações sobre as bases que darão sustentação à sociedade brasileira. A questão gira em torno da pergunta: que sociedade o Brasil vai se tornar? Sob a perspectiva do Escola Sem Partido o caminho do Brasil está bem claro, estamos afundando e a tendência será de irmos mais e mais para um espaço em que direitos humanos e sociais sejam coisas do passado. Estamos em queda livre, marcados por práticas da corrupção, suborno. Estamos assistindo o Brasil ser privatizado! Assim, as políticas públicas sugerem deslocarem os



THOMAZ FERNANDES

recursos do verdadeiro Brasil para outro que parece estar no imaginário dos detentores do dinheiro. Portanto, o atraso do ensino nas escolas brasileiras, da educação infantil ao ensino superior, está acompanhado por este contexto temeroso em que o Brasil se encontra instalado.

Neste cenário reacionário - criado pela extrema direita conservadora - em relação às questões de gênero, crença e arte, quais são os principais desafios para a nosso sistema educacional já que temas como estes estão sendo proibidos de serem discutidos em sala de aula?

Há um cenário reacionário, contrário do processo de acolhimento democrático e republicano que vem acirrando medidas de certo silenciamento cultural. Temas como diversidade, gênero, sexualidade estão sendo amordaçados por este modelo arrogante de se fazer política pública. Contudo, desacreditar na competência humana de superação, de enfrentamento, jamais! Estou convencido de que quanto mais absurdos estejamos sendo expostos, mais criticamente devemos nos posicionar. Precisamos encontrar alternativas de enfrentamento eficientes. Talvez o exercício da indignação responsável, cuidadosa, seja um valor com o qual, enraizado, possamos caminhar com 'contramarchas', radicalmente situadas para o enfrentamento das injustiças contra o povo, contra a sociedade brasileira.

>>> **EDUCAÇÃO MERCANTILISTA**

A lógica imperceptível do pensamento colonizador

A história não se constitui de fatos descontínuos. A variedade de ideias que dá sustentação aos discursos políticos dos educadores responde a problemas da realidade de cada época e só pode ser avaliada a partir de determinantes que indicam o avanço e/ou a conservação da velha ordem em conformidade com que interesses atendem.

Esses interesses não estão circunscritos aos da nação como pôde ser visto nas conferências e simpósios que, a partir da década de 1980, colocaram no centro dos debates a formação do educador. Não foram muitos os que deram conta da lógica recomendada pelo Banco Mundial pautada na Conferência Internacional de Educação para Todos (1990) e refletida no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado, em 2007, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). O esforço se concentrou no que, desde as décadas de 1920 e 1930, foi uma preocupação dos primeiros profissionais da educação: a qualidade do ensino. Essa preocupação, atualizada com a ideia de modernidade, foi quantificada nos índices de desenvolvimento elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Nessa perspectiva, foram elaborados instrumentos de avaliação e definidas metas apresentadas no Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020/2021). Os parâmetros curriculares nacionais foram difundidos entre os anos de 1993 a 1996 pela Comissão Internacional sobre Educação para o século 21. Esse trabalho dividiu os educadores brasileiros nas correntes pedagógicas Histórico Crítica, Construtivista, Relativista, Culturalista, Libertadora e, finalmente, na Lógica das Competências, onde hoje se assenta a ideologia da educação de qualidade. Apesar das diversidades entre as concepções, a lógica economicista e mercantilista primava pela corrente privatista. O conceito de educação proposto apoiava-se na ideia de educação com a exploração potencial educativo dos meios de comunicação e redefiniu forma, tempo e espaço a partir destes tipos de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver.

Na modernidade, o processo do conhecimento não é privilegiado e sim o conteúdo do senso comum; o professor é o facilitador da aprendizagem e o aluno deve ter tão somente a

destreza para desenvolver-se em razão dos interesses do mercado. A noção de equidade substitui a noção de igualdade de acesso ao mercado e, desse modo, a noção de qualidade descarta o conceito de desigualdade social e dá legitimidade às estratégias mercantilistas e privatistas da educação. O sujeito é o seu próprio investidor e o Estado o administrador/provedor das políticas de equidade.

O governo Temer, ao decidir vetar o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que inclui para 2018 o cumprimento das metas previstas pelo PNE, terminou por suprimir as condições de realização do plano neoliberal. Em resumo, o governo oficializa o descumprimento do PNE, desmonta as políticas públicas anteriores e transforma a educação no principal alvo do golpe.

Uma das medidas do presidente golpista foi a destituição do Conselho Nacional de Educação, indicando os assentos a pessoas com ideias privatistas. Outra foi a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, prejudicando diretamente a educação, a saúde e outros serviços. Medidas mais recentes completam a obra como o esvaziamento do Fórum Nacional de Educação, alijando todos os movimentos organizados de qualquer interferência na formulação das políticas educacionais.

As reformas Trabalhista e da Previdência golpeiam todos os trabalhadores, incluindo os educadores, e inviabilizam e desqualificam a própria bandeira neoliberal de educação de qualidade: os professores serão contratados por períodos curtos, sem garantia de férias remuneradas e 13º salário; as demissões dos quadros permanentes favorecerão a rotatividade de emprego; o fim do imposto sindical enfraquece a representação e ameaça os direitos adquiridos, como o plano de saúde; e as horas extras serão substituídas pelo banco de horas mediante negociações.

Nessas condições, como falar de formação de professores? Eles conseguirão sobreviver enquanto categoria profissional? A luta não pode mais agendar palmo a palmo, passo a passo. Ela tem que ser mais radical.

* Perfil

**Por Maria das Graças de Carvalho Barreto**

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará e ex-presidente da ADUA.



A noção de qualidade descarta o conceito de desigualdade social e dá legitimidade às estratégias mercantilistas e privatistas da educação. O sujeito é o seu próprio investidor e o Estado o administrador/provedor das políticas de equidade".



>>> PRIVATIZAÇÃO

O Banco Mundial e nós

Boa parte de nossa conduta política no mundo se orienta por ideais ou ilusões. Os ideais nos fazem agir consequente e racionalmente, de preferência, em relação aos objetivos a que se destinam. As ilusões nos fazem imaginar estar agindo racional e consequentemente, quando na verdade pairamos no éter da História, como se vivêssemos em um estado de suspensão da realidade.

Essa consideração preliminar é importante quando nos propomos a compreender algum tema ou problema experimentado seja por um indivíduo, por um grupo de indivíduos ou pelo conjunto da sociedade.

Um tema que inquieta e ocupa o movimento docente há décadas é o da privatização das instituições de Ensino Superior no Brasil. Trata-se de tema multifacetado, envolvendo questões de ordem política, econômica, social e administrativa. Questões relativas, portanto, à estrutura organizacional das instituições; às suas formas de financiamento e gestão; aos mecanismos de acesso a elas; e à qualidade da formação dos que por elas passam ou que nela trabalham.

Todas essas questões são de inegável importância quando se pensa um sistema de instituições públicas de Ensino Superior. O problema maior, contudo, aquele que dá sentido aos demais temas a serem enfrentados é: o que deve guiar, em determinadas circunstâncias, um sistema institucional público de Ensino Superior? Quais devem ser seus ideais? A que objetivos deve atender, considerando-se os desafios de um país e de uma região? Qual, enfim, o interesse norteador de suas políticas?

Pode-se dizer que o movimento docente vem mantendo uma longa e desgastante luta pela criação de um sistema público de Ensino Superior fundado numa determinada interpretação do Brasil. Essa interpretação leva à conclusão de que vivemos num país desigual, marcado por preconceitos e pela dominação dos interesses do grande capital. Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto, o ideal, de sistema de Ensino Superior tem a



ver com um projeto de nação, de país, de sociedade que contribua decisivamente para a redução das desigualdades, para a superação de todas as formas de discriminação e preconceito, e para a democratização dos processos decisórios.

A ideia, portanto, é que em países como o nosso, a construção nacional tem nas IES um agente fundamental de articulação entre formação acadêmica em nível superior, produção de pesquisa com vistas à ampliação do conhecimento científico sobre a realidade e promoção de atividades capazes de integrar a vida acadêmica à vida dos lugares em que a instituição atua.

Até que ponto se alcançou ou não esse ideal de articulação é algo que precisa ser avaliado. Mas o que está em causa, hoje, é precisamente o sentido do Ensino Superior no Brasil. Digo isso, pensando no modo desavergonhado com que o Banco Mundial sugere a cobrança de mensalidades para os alunos do Ensino Superior público no Brasil.

Não é novidade que dentro e fora do país – e mesmo dentro das universidades públicas – haja defensores de que mensalidades sejam pagas. Mas cabe indagar: por que aquela instituição financeira, agora, se põe a difundir tal proposta?

O momento do ato é importante. É

* Perfil



Por Marcelo Seráfico

Doutor em Sociologia e professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufam.

inegável que o golpe que levou o vice da Sra. Dilma Rousseff à presidência permitiu que todas as fantasias fossem rasgadas e que os foliões bailassem nus no salão. Mas, além disso, parece haver outros processos mais profundos em curso.

Ao longo dos últimos 25 anos as universidades foram educadas na cartilha do mercado. “Concorrência” se tornou uma palavra franca nas trocas institucionais. Assim como os sistemas de ranqueamento, os mecanismos de financiamento individual, a contabilidade acadêmica e - a cereja podre do bolo - a produtividade. Inquestionavelmente, as regras do mercado passaram a guiar a vida acadêmica. E muitos pensam as universidades públicas e o sistema que as organiza pela gramática da economia privada.

Aí está, talvez, a razão para que uma instituição como o Banco Mundial volte a se “interessar” pelo mercado da educação pública brasileira: muitos de nós (docentes, técnicos e discentes) nos tornamos fluentes no idioma do dominador e esquecemos daquele com o qual nos apropriamos do mundo.

Qual o desafio? No mínimo, o mesmo de Calibã na “Tempestade”, de Shakespeare: usemos a língua do dominador para amaldiçoá-lo.

>>> **GOVERNO TEMER**

Extinção de cargos públicos: o desmonte dos serviços avança

*** Perfil**



Por Luiz Fernando de Souza Santos

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.



A extinção de funções em lugares essenciais da política pública é só mais um capítulo na agenda destrutiva imposta pelo Estado, assaltado por uma lógica privatista, elitista, que tem horror-pânico do povo brasileiro".

É parte da estratégia neoliberal o desmonte do setor público a fim de ampliar as taxas de lucro. O Decreto 9.262/2018, de 9 de janeiro de 2018, que “extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica”, é expressão de parte desta estratégia.

Este Decreto se inscreve numa agenda que tenho chamado de “caveirão jurídico”, recurso metafórico para apontar uma série de determinações jurídicas e medidas administrativas do Governo Federal que, como o Caveirão do Bope, no Rio de Janeiro, deixa atrás de si destruição e morte, um rastro de destrutibilidade. Não é possível imaginar a eficácia do cálculo de Temer com o Decreto, que extingue mais de 60 mil cargos no serviço público, sem considerá-lo como desdobramento da Emenda Constitucional (EC) 95, que impôs por 20 anos o congelamento dos investimentos do Estado nas áreas de saúde, educação e políticas sociais. É preciso, também, levar em conta a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, que formam, com o Decreto e a Emenda, um conjunto normativo segundo os interesses da realização de mais-valor pelo capital a partir das forças sociais que representam seus interesses na esfera do Estado e engendram o desmonte deste.

Em tal contexto, faz sentido, ao observarmos o Decreto, a lógica do desmonte do governo, que, seguindo os cânones do ideário neoliberal, ataca ferozmente áreas essenciais para a democratização, bem-estar e desenvolvimento da

sociedade brasileira. As áreas da reforma agrária, previdência social, saúde, pesquisa, turismo, cultura, trabalho, etc., são desmontadas, pela extinção de cargos essenciais para a realização de seus fins.

No caso específico das Instituições Federais de Ensino Superior, a extinção de diversas funções por força do Decreto afeta de forma profunda a vida administrativa das universidades federais. Sob o argumento de eliminação de funções obsoletas como datilógrafo, tratorista, impressor, Temer reduz o quadro de Técnicos-Administrativos em Educação em atividades fundamentais.

A Universidade Federal do Amazonas que, além das unidades acadêmicas de Manaus, tem unidades no interior do Estado, é um exemplo empírico dos desdobramentos do Decreto, pois grande parte de sua missão em ensino, pesquisa e extensão só poderá ser realizada por prestação de serviços terceirizados. Artes, TV, pesquisa, serviços administrativos, entre outros campos, caminham a passos largos para serem entregues ao capital privado.

Estamos diante de um acelerado processo de desertificação dos serviços públicos no país. A extinção de funções em lugares essenciais da política pública é só mais um capítulo na agenda destrutiva imposta pelo Estado, assaltado por uma lógica privatista, elitista, que tem horror-pânico do povo brasileiro. Para as universidades públicas, o sentido da extinção de cargos deve ser apreendido ao lado do corte de bolsas de pesquisa, da suspensão de recursos para laboratórios, bibliotecas, e pela precarização do trabalho docente e de técnicos. A saída que o governo aponta, ancorada num discurso de crise econômica e da necessidade de racionalização dos gastos públicos, é um engodo que pretende desaguar na privatização.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/11/2017 A 31/12/2017



QUADRO RESUMO MENSAL	out/17	nov/17	dez/17
Receitas	R\$ 85.765,20	R\$ 85.595,00	R\$ 85.747,30
Despesas	R\$ 87.478,76	R\$ 92.326,41	R\$ 73.120,27
SALDO ANTERIOR	R\$ 2.306,69	R\$ 155,61	R\$ 49.178,05
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$	R\$ 49.100,00	R\$ 60.752,50
Saldo Fundo de caixa	R\$ 155,61	R\$ 78,05	R\$ 1.052,58
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 580.006,71	R\$ 523.430,75	R\$ 525.537,54
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 573.936,42	R\$ 580.006,71	R\$ 523.430,75
Aplicações no Mês	R\$ 3.495,29	R\$	R\$
Rendimento de Aplicações	R\$ 2.575,00	R\$ 2.421,59	R\$ 2.106,79
Resgate de Aplicações		R\$ 58.997,55	R\$

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> RESISTÊNCIA

A voz que vem do tambor

Annyelle Bezerra

No Brasil, a música e os movimentos sociais sempre estiveram afinados na busca pela mobilização popular, por mudanças político-sociais e pela liberdade de expressão. Quem não lembra das músicas *Coração de Estudante* e *Menestrel das Alagoas* que embalaram o movimento da Diretas Já!, em 1984? Em Manaus, no atual contexto político do país, a música, através do maracatu de baque virado e do samba, assume mais uma vez seu papel na defesa de direitos.

No cenário local, a participação do grupo Maracatu Pedra Encantada, entre 2016 e 2017, em manifestações como o *Ocupa MinC Manaus*, o *Basta de Violência Contra as Mulheres*, o *Estamos Aqui para Viver: Ufam sem LGBTfobia* e em marchas contra a intolerância religiosa dá o tom do engajamento social e político do “maracatu de opinião”. Este envolvimento reflete a realidade e o diálogo entre o grupo, segundo a estudante do curso de História da Ufam e membro do coletivo, Ramilly Frota. “Se estamos presentes numa manifestação de basta de violência contra as mulheres é porque as mulheres do grupo têm colocado internamente suas pautas e os demais nos acompanham. Assim ocorre também com os membros LGBTs, povo do axé e negros”, explica.

Este coletivo dedicado à difusão da arte e cultura do maracatu de baque virado, criado no pré-carnaval de 2016, vê a rua como um lugar natural para o batuque e onde “nenhum tambor se cala com a repressão e proibição, mas se preserva, luta e celebra as identidades e riquezas da cidade”, de acordo com a integrante do grupo Maria Moraes, que se auto-identifica como artista de rua, travesti e ativista dos direitos humanos.

Para ela, quando se toca batuque num país racista como o Brasil, o engajamento em manifestações sociais é uma escolha que garante a reafirmação da presença negra, que luta pelo fim do silêncio dos tambores e – como bem retratam as loas da Nação de Porto Rico (composições) *13 de maio não é dia de*



FOTOS: FRANCISCO BARROSO E DAISY MELO

negro e *Maracatu de Opinião* – não quer viver a farsa de que o genocídio acabou, de que as balas são perdidas e de que o trabalho duro é a salvação.

Criado em 2009 em Manaus com o objetivo de tocar e ensinar o baque virado, o grupo percussivo Maracatu Eco da Sapopema é outro coletivo que preza pelo engajamento com agentes sociais para dar visibilidade à causa da negritude. Com composições voltadas a retratar a realidade dos povos amazônicos mescladas às temáticas de matriz africana, o grupo participou, em 2017, de atos como a Marcha dos Excluídos e a Caminhada da Conscientização Étnica e Racial, no bairro Compensa. Formado por homens e mulheres com liberdade para desempenhar as funções que tiverem mais aptidão, o Eco da Sapopema afirma como grupo identificar no cenário musical de Manaus mais diversidade e abertura a novas musicalidades, inclusive, sendo comum a presença de arranjos de maracatu em músicas de artistas manauenses.

O maracatu, porém, não é o único som que ecoa no clamor das manifestações da capital amazonense. O samba também integra a resistência local, através do coletivo de educação musical e divulgação da cultura afro-brasileira Sambaqui, termo originário da junção das palavras samba e tambaqui. Formado principalmente pela classe universitária e artistas engajados em movimentos político-sociais, o projeto, segundo o ator e integrante Ismael Farias, é indiscutivelmente um elo importante entre a arte e as causas sociais que defendem as minorias. “O Sambaqui é um movimento apartidário que agrega pessoas das mais variadas tendências, mas principalmente aquelas com uma visão mais à esquerda, comprometidas com a classe trabalhadora e os menos favorecidos do nosso país”, afirma. Comprometido com causas ligadas à Educação, o coletivo participou, em 2016, de um ato contra a Lei da Mordada, e esteve, em 2015, entre as atrações do calendário de atividades da greve dos professores da Ufam.

Em defesa e preservação dos direitos e conquistas sociais, estes coletivos locais seguem firme no cenário local utilizando a música e a arte de maneira geral como instrumento para amplificar o clamor popular que vem tomando conta das ruas.

 **COLUNA FALA JURÍDICO**

No âmbito da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), as progressões e promoções funcionais dos docentes são regidas pela Resolução nº 013/2017 do Conselho Universitário (Consuni), a qual revogou inteiramente a Resolução nº 005/2015, também do Consuni, que tratava da mesma matéria.

Importante destacar que os docentes que já haviam preenchido os requisitos de progressão/promoção com base na Resolução nº 005/2015, e durante a vigência desta, possuem direito adquirido, podendo requerer seu desenvolvimento funcional nos termos da resolução antiga.

Todavia, salienta-se que o procedimento a ser seguido no processo administrativo de progressão/promoção obedecerá ao novo regulamento. Ao contrário do que se esperava, a Resolução vigente não solucionou todos os problemas enfrentados quando a Resolução nº 005/2015 estava em vigor, visto que aquela não alterou significativamente o tratamento das progressões e promoções pela administração da universidade.

Mesmo estando expresso que “os interstícios pretéritos serão contabilizados para os processos de progressão/promoção da data em que ocorreram” (art. 3º) e que “o efeito financeiro da progressão e da promoção ocorrerá a partir da data em que o docente cumprir o interstício [...] independente da data do pedido” (art. 5º), a Universidade insiste em realizar interpretações equivocadas acerca das normas, prejudicando os docentes e conferindo tratamentos diferenciados.

Necessário rememorar que, ainda durante a vigência da Resolução nº 005/2015, a ADUA, por intermédio de sua assessoria jurídica, ajuizou ação com o intuito de conferir interpretação mais adequada às normas sobre progressão e promoção funcional docente, especialmente no que se refere à concessão de efeitos funcionais e financeiros desde a data do preenchimento dos requisitos legais, o que autorizaria, por conseguinte, a apreciação de pedidos com interstícios acumulados.

Verificando que os pleitos do Sindicato mereciam ser acolhidos, a magistrada proferiu decisão na qual concedeu a tutela de urgência



JÉSSICA MARTINS

para que a universidade procedesse à revisão de todos os processos administrativos de progressão e promoção, aplicando-lhes os critérios dos artigos 12 e 14 da Lei nº 12.772/12.

Posteriormente, corroborando com a situação versada nos autos, foi incluído pela Lei nº 13.325/16 o art. 13-A na Lei nº 12.772/12, o qual declarou expressamente que “o efeito financeiro da progressão e da promoção ocorrerá a partir da data em que o docente cumprir o interstício e os requisitos estabelecidos em lei para o desenvolvimento na carreira”.

Portanto, embora ainda não tenha havido sentença na ação intentada pela ADUA, não restam dúvidas de que os efeitos funcionais e financeiros da progressão e da promoção incidem a partir do término do interstício, desde que se verifique que nessa data o docente cumpriu os demais requisitos

legais.

Dessa forma, contanto que não tenham sido atingidos pela prescrição, estão garantidos também os efeitos financeiros retroativos à data do preenchimento dos requisitos legais, uma vez que qualquer interpretação diversa empregada pela universidade contraria a legislação e enseja a propositura de nova ação.

Auxiliadora Bicharra

Advogada (OAB/AM 3.004) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, Assessoria Jurídica da ADUA.



Não restam dúvidas de que os efeitos funcionais e financeiros da progressão e da promoção incidem a partir do término do interstício, desde que se verifique que nessa data o docente cumpriu os demais requisitos legais”.

 **AGENDA**



Eleição do ANDES-SN

Duas chapas vão participar do processo eleitoral da nova diretoria do ANDES para o biênio 2018-2020. A chapa 1 “ANDES Autônomo e de Luta” tem Antônio Gonçalves Filho (Apruma) como candidato a presidente; a atual presidente do Sindicato, Eblin Farage (Aduff), a secretária-geral, e Raquel Dias Araújo (Sinduece), como tesoureira. A chapa 2 “Renova ANDES” tem Celi Taffarel (UFBA); Maria de Lourdes Nunes (Adufpi) e Everaldo Andrade (Adusp) como candidatos aos cargos de presidente, secretária-geral e tesoureiro, respectivamente. As chapas devem apresentar os outros nomes que compõem a candidatura até o dia 27 de fevereiro e a comissão eleitoral tem sete dias a partir desta data para homologar as inscrições. A eleição irá ocorrer em todo o país nos dias 9 e 10 de maio deste ano.



Seleção de artigos

A Revista Universidade e Sociedade, do ANDES-SN, seleciona artigos, até o dia 19 de março, para sua 62ª edição que terá como tema central “A Barricada fecha a rua, mas abre o caminho: 50 anos do Maio de 68 e atualidade das lutas sociais”. Além dos artigos temáticos, serão aceitas produções sobre questões variadas da educação superior. Os artigos devem atender a uma determinada normatização e serem submetidos a avaliação.